

PROGRAMA DE ACTIVIDADES DO INSTITUTO DE ESTRADAS

2018



*Instituto de Estradas
unindo pessoas transformando vidas*



ÍNDICE

I. INTRODUÇÃO	3
II. ATIVIDADES TÉCNICAS.....	4
II.1. ESTUDOS.....	4
II.1.1. ELABORAÇÃO DE ESTUDOS DO FLUXO DE TRÁFEGO EM ALGUMAS ILHAS	4
II.1.2. ESTUDOS PARA REABILITAÇÃO DA ESTRADA DE RIBEIRA DOS PICOS.....	4
II.1.3. ESTUDOS PARA REABILITAÇÃO/CONSTRUÇÃO DA ESTRADA DE ACHADA LEITE/CHARCO/TOMBA TOURO/CABEÇA CARREIRA.....	4
II.1.4. ESTUDO PARA REABILITAÇÃO DA ESTRADA CIDADE VELHA/SALINEIRO/SANTA ANA	4
II.1.5. ELABORAÇÃO DE ESTUDOS NO ÂMBITO DO PROJETO DE COOPERAÇÃO TRANSNACIONAL INTERREG MAC (MADEIRA, AÇORES, CANÁRIAS) 2014-2020.....	5
II.2. CONCURSOS	6
II.2.1. FINANCIAMENTO DO BANCO MUNDIAL	6
II.2.2. FINANCIAMENTO DO GOVERNO DE CABO VERDE	6
II.2.3. PREPARAÇÃO DE DOSSIER E LANÇAMENTO DE CONCURSOS PARA NOVOS CONTRATOS DE MANUTENÇÃO.....	6
II.3. CONTRATOS	7
II.3.1. CONTRATOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRENTE.....	7
II.3.2. CONTRATOS REFERENTE A OBRAS DE URGÊNCIAS PREVISTOS PARA 2018	9
II.3.3. CONTRATOS PROGRAMAS.....	10
II.4. PROJETOS EM CARTEIRA	12
II.5. OUTRAS AÇÕES RELACIONADAS COM A GESTÃO RODOVIÁRIA	13
III. ATIVIDADES FINANCEIRAS	16
III.1. ORÇAMENTO DE FUNCIONAMENTO FINANCIADO PELO TESOURO.....	16
III.2. ORÇAMENTO DE FUNCIONAMENTO FINANCIADO PELO FAMR.....	16
III.3. ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO FINANCIADO PELO FAMR	16
III.3.1. CONTRATOS DE EMPREITADAS E CONTRATOS PROGRAMAS.....	16
III.4. PROJETOS DE INVESTIMENTO FINANCIADO PELO BANCO MUNDIAL	16
IV. ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E DE RECURSOS HUMANOS	17
V. ATIVIDADES INSTITUCIONAIS	22
VI. ATIVIDADES LIGADAS A LEGISLAÇÃO DO SETOR	24
VII. ATIVIDADES INFORMÁTICAS	26
VIII. ANEXOS	27
ANEXO I - PLANO DE INVESTIMENTO 2018	28
ANEXO II - PLANO DE DESLOCAÇÕES 2018.....	30
ANEXO III - ORÇAMENTO FUNCIONAMENTO IE 2018 FINANCIADO PELO TESOURO	32
ANEXO IV - ORÇAMENTO FUNCIONAMENTO IE 2018 – RECEITAS PRÓPRIAS.....	34
ANEXO V - AÇÕES COMUNICAÇÃO PARA 2018	36
ANEXO VI - CRONOGRAMA DAS AÇÕES PARA 2018.....	38

I. INTRODUÇÃO

O presente Programa Anual de Atividades do Instituto de Estradas para o ano de 2018 é um instrumento de gestão previsional, conforme a alínea a) do n.º 1 do art.º 21.º do Decreto-regulamentar n.º3/2016 que aprova os Estatutos do Instituto de Estradas. O mesmo promove a convergência de esforços para o alcance dos objetivos propostos para o ano 2017 e que passam por aperfeiçoar a qualidade das ações que já vem desenvolvendo e promover a sua intervenção na melhoria da gestão da rede rodoviária nacional.

No âmbito das suas atribuições de gestor da rede rodoviária, o IE previu no seu Plano de Investimento para 2018, o lançamento de novos contratos REMADOR (Reabilitação e Manutenção com base no Desempenho e por Obrigação de Resultados) que contemplará todas as ilhas de Cabo Verde. Da mesma forma as obras de urgências também farão parte das ações a serem levadas a cabo pelo IE. No que tange aos contratos Programas promoverá a celebração de contratos programas com todas as Câmaras Municipais do país com vista a melhorar a qualidade da rede viária do País.

Ainda dentro das ações relacionadas com a gestão rodoviária vai continuar a fazer a atualização da sua Base de Dados IGR, elaboração de um Plano de Intervenção pré e pós chuvas para 2018, aquisição de odómetros que permitirá realizar medições da extensão das estradas e o levantamento dos ativos e patologias para carregamento do IGR, bem como outras ações importantes.

No que diz respeito as atividades administrativas dos recursos humanos o IE irá reforçar o seu quadro de pessoal com a contratação de mais um engenheiro civil, irá promover a formação dos seus quadros e redefinição de algumas tarefas, aprovar alguns instrumentos legais para melhorar a gestão dos Recursos Humanos, promovendo desta forma melhorias das condições de trabalho e de desenvolvimento profissional.

No que se refere as relações institucionais e no que diz respeito particularmente a cooperação com organismos internacionais, considerando que o IE foi contemplado no segundo compacto do programa de cooperação INTERREG MAC (Madeira, Açores e Canárias) 2014-2020 financiado pelo fundo FEDER (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional) nos eixos que dizem respeito ao reforço da capacidade institucional e a eficiência da Administração Pública espera-se que em 2018 dê-se início a algumas ações programas neste projeto. Por outro lado, o IE pretende promover encontros institucionais com vista a uma maior articulação com as diversas instituições que também atual ligado ao setor rodoviário.

O Instituto de Estradas vai dar uma atenção especial a preservação zona de Domínio Público Rodoviário Nacional implementando os instrumentos versados no Estatuto das Estradas Nacionais. Pretende ainda publicar as normas que ajudarão na gestão rodoviária.

Este documento tem como principal objetivo fazer uma descrição e análise das atividades a serem desenvolvidas pelo Instituto de Estradas para o ano de 2018 no que respeita as diferentes áreas que conformam o objeto da sua atuação.

II. ATIVIDADES TÉCNICAS

II.1. ESTUDOS

Para 2018 o IE pretende elaborar os seguintes estudos:

II.1.1. ELABORAÇÃO DE ESTUDOS DO FLUXO DE TRÁFEGO EM ALGUMAS ILHAS.

O Instituto de Estradas dispõe de equipamentos móveis para contagens de tráfego, fornecidos no âmbito da Assistência Técnica financiados pelo BM (Banco Mundial) em 2012. Em 2015, o IE procedeu a capacitação e formação de dois dos engenheiros civis na manipulação e tratamento de dados das contagens de tráfego.

Os estudos de Contagem de tráfego visam a obtenção de volumes de tráfego atualizados, a calibração e validação das contagens efetuadas em anos anteriores, a análise dos resultados dos volumes de tráfego e velocidades médias praticadas e a obtenção das percentagens de veículos ligeiros e pesados.

Os estudos de previsões de tráfego em Cabo Verde têm vindo a assumir uma importância crescente no âmbito dos estudos rodoviários, quer em fase de planeamento, quer em fase de implementação ou de operação de novas infraestruturas rodoviárias, no país. A elaboração destes estudos em fase de planeamento é tipicamente desenvolvida na esfera de responsabilidade do IE.

Desta feita, para 2018, o IE prevê a elaboração de alguns estudos de contagem de tráfego em algumas ilhas de Cabo Verde visando conhecer e atualizar o número de veículos que circula em determinadas vias e em um determinado período, suas velocidades, os locais onde seus condutores desejam estacioná-los, os locais onde se concentram os acidentes de trânsito, permitindo desta forma a determinação quantitativa da capacidade das vias, e em consequência, o estabelecimento dos meios construtivos necessários à melhoria da circulação ou das características de seu projeto. O IE pretende ainda colocar um contador de tráfego fixo na estrada Praia – Assomada.

II.1.2. ESTUDOS PARA REABILITAÇÃO DA ESTRADA DE RIBEIRA DOS PICOS

II.1.3. ESTUDOS PARA REABILITAÇÃO/CONSTRUÇÃO DA ESTRADA DE ACHADA LEITE/CHARCO/TOMBA TOURO/CABEÇA CARREIRA

II.1.4. ESTUDO PARA REABILITAÇÃO DA ESTRADA CIDADE VELHA/SALINEIRO/SANTA ANA

II.1.5. ELABORAÇÃO DE ESTUDOS NO ÂMBITO DO PROJETO DE COOPERAÇÃO TRANSNACIONAL INTERREG MAC (MADEIRA, AÇORES, CANÁRIAS) 2014-2020

O Instituto de Estradas foi contemplado no âmbito do projeto PCT (Programa de Cooperação Transnacional MAC (Madeira, Açores e Canárias) 2014-2020 sob o acrónimo de INGENIA 2, financiado pelo fundo FEDER (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional). Para esse novo compacto, o IE identificou um conjunto de estudos, a seguir indicados, suscetíveis de serem financiados pelo projeto e em que alguns poderão ser realizados no decorrer de 2018.

Quadro 1 – Tipos de estudos passíveis de serem financiados pelo projeto INGENIA 2

ESTUDOS	DESCRIÇÃO	OBJETIVOS
Estudos de impactes ambientais e sociais para projetos de estradas suscetíveis de financiamento	<p>Os estudos de impactes ambientais às estradas objeto de construção permitirão formular um conjunto de respostas às solicitações decorrentes dos diferentes tipos de afetações causadas pelas intervenções do projeto de estrada. Por outro lado, permite determinar as condições necessárias para que as respostas sejam tomadas de forma atempada e eficiente bem como descrever os recursos necessários para atender a essas condições.</p> <p>De forma mais específica, os estudos deverão abarcar as medidas de gestão de obra e luta contra poluição e interferências; medidas de mitigação e degradação do solo e meio ambiente; medida de segurança das zonas de intervenção tanto da fase de execução da obra como na fase de utilização das estradas.</p>	Avaliar as consequências da construção para que possa haver a preservação da qualidade do ambiente após a execução da obra para às populações das zonas circundantes às estradas nacionais.
Estudos de Viabilidade Económica de algumas estradas	Os estudos de Viabilidade para a conceção de futuros projetos de execução de infraestruturas rodoviárias permitirão analisar comparativamente as vantagens e desvantagens de determinados projetos a nível de infraestruturas rodoviárias. Estes estudos permitem abarcar a engenharia básica e detalhada e servirão de base para o desenvolvimento de concursos públicos.	Analisar comparativamente as vantagens e desvantagens de determinados projetos a nível de infra. rodov.
Estudos Topográficos de algumas estradas	<p>Os estudos de Levantamentos topográficos são muito importantes na medida em que através deles pode-se traçar áreas de risco de inundação, de desmantelamento de pavimento e delimitar esforços para suprir carências como da drenagem superficial. Pode-se também determinar áreas onde será necessário construir taludes de aterro ou de escavação, realizar trabalhos de terraplanagem etc.</p> <p>Num país com a orografia de Cabo Verde, os estudos topográficos são importantes para permitir a sustentabilidade das construções.</p>	Conhecer a configuração exata do terreno onde será feita a construção, a sua planimetria e altimetria e assim delimitar estratégia que garantam a orçamentação e a sustentab. das constr.;
Estudos de Instalação de Teleféricos	<p>Com vista ao desencravamento das populações rurais, nomeadamente as de carácter montanhosa e de difícil acesso, e resolver os problemas relacionados com a acessibilidade, pretende-se, recorrendo a tecnologias inovadoras, implementar novos sistemas de transportes, nomeadamente o transporte por teleférico. Uma das vantagens de construção deste tipo de transporte é o impacto predial que é baixo, pois trata-se de construção em altura, evitando desta forma aquisição de terrenos para construção e possíveis expropriações ou indemnizações. Por o outro lado, é considerado um meio de transporte rápido, eficiente, limpo amigável do meio ambiente</p> <p>Assim, por forma a estudar as possibilidades de implementação deste sistema no país pretende-se elaborar um estudo de viabilidade técnica e económica para a construção de um teleférico nas ilhas de Santo Antão, Santiago e S. Nicolau.</p>	Garantir às comunidades um melhor acesso e em condições de segurança

II.2. CONCURSOS

II.2.1. FINANCIAMENTO DO BANCO MUNDIAL

Através do Acordo de Emenda n.º 61000 ao Acordo Crédito n.º 5266-CV (do Banco Mundial) lançou-se em 2017 três (3) concursos de empreitada, nomeadamente:

- a) Reabilitação/Construção de Estrada Chã de Escudela/Tarrafal de Monte Trigo, em Santo Antão;
- b) Reabilitação/Construção de Estrada em Campanas de Cima/Monte Velha, na ilha do Fogo
- c) Obras de Urgência na Estrada São Domingos/Assomada, na ilha de Santiago.

Também foram lançados em 2017 três (3) concursos para Fiscalização dessas obras, nomeadamente:

- d) Fiscalização da Reabilitação/Construção de Estrada Chã de Escudela/Tarrafal de Monte Trigo, em Santo Antão;
- e) Fiscalização da Reabilitação/Construção de Estrada em Campanas de Cima/Monte Velha, na ilha do Fogo
- f) Fiscalização das Obras de Urgência na Estrada São Domingos/Assomada, na ilha de Santiago.

Os processos desses concursos encontram-se em fase de avaliação, serão concluídos no primeiro trimestre de 2018 e as obras iniciarão logo de seguida.

II.2.2. FINANCIAMENTO DO GOVERNO DE CABO VERDE

Durante o primeiro trimestre de 2018, serão concluídos os procedimentos de concurso lançados em 2017 para:

- a) Execução da Empreitada de “2ª fase de Execução da Via Estruturante e Via de Acesso à Povoação Velha, na ilha de Boavista).
- b) Fiscalização da Empreitada de “2ª fase de Execução da Via Estruturante e Via de Acesso à Povoação Velha, na ilha de Boavista).

Para proporcionar maior conforto e segurança aos utentes da Estrada Mindelo/Baía das Gatas, na ilha de São Vicente, prevê-se para o ano 2018 o lançamento do concurso para:

- c) Execução da Reabilitação e Asfaltagem dessa estrada Mindelo/Baía;
- d) Fiscalização da Reabilitação e Asfaltagem dessa estrada Mindelo/Baía;

II.2.3. PREPARAÇÃO DE DOSSIER E LANÇAMENTO DE CONCURSOS PARA NOVOS CONTRATOS DE MANUTENÇÃO

Os contratos REMADOR plurianuais que foram assinados 2013, com duração de 4 anos, terminarão no início de 2018. Assim, para dar continuidade a esta tipologia de contrato, o IE tem em preparação os dossiers para o lançamento de novos contratos de MANUTENÇÃO que terão início em 2018.

II.3. CONTRATOS

Para 2018, o IE elaborou o seu Plano de Investimento (Ver anexo 1) com base no conhecimento que esta Instituição detém do estado de conservação da rede e nos compromissos entretanto assumidos em anos anteriores. O objetivo desse Plano é apresentar e justificar a alocação das verbas destinadas à preservação do património rodoviário do País para o ano de 2018, provenientes da arrecadação, pelo Fundo Autónomo de Manutenção Rodoviária (FAMR), da Taxa de Serviço de Manutenção Rodoviária (TSMR) de acordo com o Decreto Lei nº 63/2016, de 23 de dezembro.

As receitas previstas a arrecadar pelo FAMR durante o ano 2018, serão distribuídas da seguinte forma:

- 82%, ou seja, cerca de 532.637.217\$00, para despesas de investimento em intervenções na rede rodoviária em que: 60% (320.375.617\$00) vai para financiamento de obras e Serviços de Manutenção Corrente nas Estradas Nacionais; cerca de 20% (105.000.000\$00) cobre as Obras de Urgências nas Estradas Nacionais e cerca de 20% (107.261.600\$00), para financiamento das obras nas Estradas Municipais (através de Contratos Programa com as Câmaras Municipais).
- Dos 18% sobrantes: 15% será para restituição da taxa àqueles que provarem ter adquirido combustível que não se destinou à circulação rodoviária; 2% será para participação nas despesas de funcionamento do IE e 1% vai para as despesas de funcionamento do FAMR.

II.3.1. CONTRATOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRENTE

II.3.1.1. Contratos de Manutenção Corrente, Reabilitação e Melhorias no âmbito dos contratos REMADOR e Contratos Simples

Os contratos de manutenção corrente, Reabilitação e melhorias contempladas nos novos contratos REMADOR abrangerão as ilhas de Fogo, Santo Antão e Maio.

Os contratos de manutenção corrente Simples tiveram início no final de 2016, com uma duração de 13 meses e foram aplicadas às ilhas que não estavam cobertas por um programa de Manutenção (São Vicente, Sal e Boavista) e em 2017 foi contemplada a ilha Brava com este contrato, para vigorar durante o ano 2017. O dossier de procedimento que está em preparação será aplicado em todas as ilhas não abrangidas pelo novo contrato REMADOR.

Os custos dos serviços de manutenção corrente, Reabilitação e melhorias contempladas nos novos contratos REMADOR e contratos Simples previstos para 2018 em todas as ilhas estão descritos no quadro a seguir apresentado:

Quadro 2 – Custos com contratos de manutenção corrente, Reabilitação e Melhorias Contratos REMADOR e Contratos Simples

PARTE A1: SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRENTE E OBRAS EM ESTRADAS NACIONAIS					(*) Abrangido p/ REMADOR
Ilha	Manutenção Corrente	Reabilitação	Melhorias	Sub-Total (S/IVA)	Total (C/IVA)
Santiago lote 01	38.653.631 \$	4.000.000 \$	2.000.000 \$	38.829.244 \$	44.653.631 \$
Santiago lote 02	36.282.865 \$	3.000.000 \$	2.000.000 \$	35.898.144 \$	41.282.865 \$
Fogo (*)	44.123.027 \$	4.000.000 \$	2.000.000 \$	43.585.241 \$	50.123.027 \$
Santo Antão (*)	58.661.554 \$	4.000.000 \$	2.000.000 \$	56.227.438 \$	64.661.554 \$
São Nicolau	27.443.574 \$	2.000.000 \$	2.000.000 \$	27.342.238 \$	31.443.574 \$
Maio (*)	4.646.043 \$	2.000.000 \$	1.000.000 \$	6.648.733 \$	7.646.043 \$
São Vicente	7.773.519 \$	2.000.000 \$	1.000.000 \$	9.368.277 \$	10.773.519 \$
Boa Vista	15.013.950 \$	2.000.000 \$	1.000.000 \$	15.664.304 \$	18.013.950 \$
Sal	10.243.032 \$	2.000.000 \$	1.000.000 \$	11.515.680 \$	13.243.032 \$
Brava	10.243.032 \$	2.000.000 \$	1.000.000 \$	11.515.680 \$	13.243.032 \$
Sub-Total	253.084.225 \$	27.000.000 \$	15.000.000 \$	256.594.979 \$	295.084.225 \$
Sub-Total PARTE A1 =					295.084.225 \$

II.3.1.1.1. Adendas ao contrato REMADOR e Contratos Simples

Relativamente a previsão das adendas aos Contratos REMADOR para 2018, o IE vai assinar Adendas aos referidos contratos em curso nas ilhas de Santo Antão e Fogo, para permitir que as estradas nessas ilhas permaneçam sob Manutenção até à conclusão dos procedimentos já lançados e início dos novos contratos REMADOR nessas ilhas.

Já para a ilha de São Nicolau, está-se a preparar o dossier para lançamento de procedimento para o próximo contrato, com algumas alterações importantes em relação ao contrato em vigor. Contudo, atendendo que o contrato REMADOR em curso nesta ilha cessará alguns meses antes da adjudicação do próximo contrato, há necessidade de se fazer uma Adenda ao contrato em curso, para garantir a manutenção continua das Estradas Nacionais na ilha de São Nicolau.

No que se refere aos contratos de manutenção simples não abrangidos pelo REMADOR, os quatro (4) contratos em curso nomeadamente nas ilhas de: Brava, São Vicente, Sal e Boavista serão alvo de Adenda, antes de início de novos contratos para as respetivas ilhas, atendendo que os mesmos caducaram a 31.12.2017,

II.3.1.1.2. Contratos referentes a Obras em outros Projetos Rodoviários Não Abrangidos pelo REMADOR

O IE fez uma previsão para despesas com contratos referente a obras em outros projetos rodoviários para 2018. Estão compreendidos nesta previsão algumas intervenções pontuais, apoio na abertura de Vias de penetração bem como trabalhos pontuais de reabilitação, conforme quadro a seguir indicado:

Quadro 3 – Custos com contratos de Obras em Outros Projetos fora do âmbito REMADOR

PARTE A2: OBRAS EM OUTROS PROJETOS RODOVIÁRIOS				
Ilha	Tipo de Trabalho	Valor	Sub-Total (S/IVA)	Total (C/IVA)
Diversas ilhas	Intervenções Pontuais na EN/EM	17.000.000 \$	14.782.609 \$	17.000.000 \$
	Apoio na abertura de Vias de Penetração (ER)			
	Trabalhos pontuais de reabilitação			
Sub-Total PARTE A2 =				17.000.000 \$

II.3.1.3. Contratos de Assistência Técnica e Compromissos Transitados

Nos anos anteriores foram assumidos alguns compromissos, os quais não foram pagos no período de realização das obras e que por esse motivo transitam para o ano de 2018. Da mesma forma, o IE previu nesta rubrica assinatura de Contratos de Assistência Técnica para dar resposta a algumas necessidades a nível de gestão rodoviária, conforme se ilustra no quadro em baixo:

Quadro 4 – Custos com contratos de Assistência Técnica e Compromissos Transitados

PARTE A3: ASSISTÊNCIA TÉCNICA E COMPROMISSOS TRANSITADOS	
ATIVIDADES DO INSTITUTO DE ESTRADAS	8.291.392 \$
Sub-Total PARTE A3 =	
	8.291.392 \$

O custo total destinados a contratos previstos para 2018 referente a **obras e serviços de manutenção corrente em estradas nacionais (Parte A1 + Parte A2 + PARTE A3)** será de **320.375.617\$00.**

II.3.2. CONTRATOS REFERENTE A OBRAS DE URGÊNCIAS PREVISTOS PARA 2018

O *plafond* destinado para as obras de urgência, derivou caso surgisse a necessidade de intervenção urgente nas estradas nacionais por danos provocados por fenómenos naturais gravosos.

As obras de urgência nas estradas nacionais estão divididas em 2 partes. A primeira parte corresponde aos custos das obras de urgência nas estradas nacionais, incluídas nos novos contratos REMADOR a serem assinados em 2018 e que incluem todas as ilhas de Cabo Verde. A segunda parte corresponde a uma previsão atribuída pelo IE a intervenções rodoviárias de urgência nas diferentes estradas sob sua jurisdição que estarão abrangidas pelos novos contratos de Manutenção Corrente.

Quadro 5 – Custos com contratos referentes a Obras de Urgência

PARTE B1: OBRAS DE URGÊNCIA NAS ESTRADAS NACIONAIS (*) Abrangido p/ REMADOR			
Ilha	Urgências		Total (C/IVA)
	Valor	Sub-Total (S/IVA)	
Santiago lote 01	18.000.000 \$	15.652.174 \$	18.000.000 \$
Santiago lote 02	10.000.000 \$	8.695.652 \$	10.000.000 \$
Fogo (*)	7.000.000 \$	6.086.957 \$	7.000.000 \$
Santo Antão (*)	9.000.000 \$	7.826.087 \$	9.000.000 \$
São Nicolau	6.000.000 \$	5.217.391 \$	6.000.000 \$
Maio (+)	3.000.000 \$	2.608.696 \$	3.000.000 \$
São Vicente	5.000.000 \$	4.347.826 \$	5.000.000 \$
Boa Vista	3.000.000 \$	2.608.696 \$	3.000.000 \$
Sal	3.000.000 \$	2.608.696 \$	3.000.000 \$
Brava	4.000.000 \$	3.478.261 \$	4.000.000 \$
Sub-Total PARTE B1 =			68.000.000 \$

Foram ainda previstas despesas com obras de urgências nas estradas nacionais para o período pré e pós chuvas, conforme se ilustra a seguir:

Quadro 6 – Custos com Obras de Urgência Pré e Pós Chuvas

PARTE B2: OBRAS DE URGÊNCIA NAS ESTRADAS NACIONAIS (PRÉ e PÓS-CHUVAS)			
Ilha	Valor	Sub-Total (S/IVA)	Total (C/IVA)
Diversas ilhas	37.000.000 \$	32.173.913 \$	37.000.000 \$
Sub-Total PARTE B2 =			37.000.000 \$

O custo total destinados a contratos previstos para 2018 referente a **obras de Urgência nas estradas nacionais (Parte B1 + Parte B2) será de 105.000.000\$00**

II.3.3. CONTRATOS PROGRAMAS

II.3.3.1. Acompanhamento Contratos Programa para em 2017

Em 2017 foram assinados contratos programas no montante global de 101.061.600,00 ECV com todas as câmaras municipais do país, cujo objetivo é a execução de trabalhos de urgência no quadro de prevenção das chuvas e trabalhos de manutenção para assegurar o nível de serviços nas Estradas Municipais. Os trabalhos já foram executados, faltando, no entanto, o relatório final da execução, que é um dos requisitos para se avançar com o desbloqueio das verbas dos Contratos Programa de 2018.

II.3.3.2. Novos Contratos Programas previstos para 2018

Tendo em consideração que a rede rodoviária do país se encontra dividida em estradas nacionais e estradas municipais e convindo regular e distribuir as verbas provenientes da TSMR, foi aprovado através do Decreto Lei nº 63/2016, de 23 de dezembro, em que 20% das receitas provenientes da arrecadação da Taxa de Serviço de Manutenção Rodoviária, pelo Fundo Autónomo de Manutenção Rodoviária destina-se ao financiamento das obras nas estradas municipais.

Assim, para dar cumprimento a esse dispositivo da lei, o IE pretende em 2018 assinar contratos programas com todas as câmaras municipais no país, conforme se ilustra no quadro a seguir:

Quadro 7 – Custos com contratos Programas

PARTE C: CONTRATOS PROGRAMA COM CÂMARAS MUNICIPAIS (20% das receitas TSMR destinadas a Intervenções em EM)		
Ilha	Municípios	Montante
Santo Antão	Porto Novo	5.500.000 \$
	Paul	4.000.000 \$
	Ribeira Grande	6.000.000 \$
São Nicolau	Ribeira Brava	4.000.000 \$
	Tarfal	3.500.000 \$
São Vicente	São Vicente	5.500.000 \$
Sal	Sal	4.000.000 \$
Boa Vista	Boa Vista	3.000.000 \$
Maio	Maio	3.000.000 \$
Santiago	Santa Catarina	7.000.000 \$
	S. Domingos	4.761.600 \$
	Tarfal	5.000.000 \$
	Santa Cruz	5.000.000 \$
	Ribeira Grande	5.000.000 \$
	São Miguel	5.500.000 \$
	S. Lourenço dos Orgãos	4.000.000 \$
	São Salvador do Mundo	5.000.000 \$
	Praia	12.000.000 \$
Fogo	São Filipe	5.000.000 \$
	Santa Catarina	3.500.000 \$
	Mosteiros	4.000.000 \$
Brava	Brava	3.000.000 \$
		Sub-Total PARTE C = 107.261.600 \$

O custo total destinados a contratos programas para 2018 **será de 107.261.600\$00**

II.4. PROJETOS EM CARTEIRA

Para além das obras previstas no âmbito do Plano de Investimento para 2018 financiados pelo FAMR, o Instituto de Estradas tem ainda um leque de outras obras em carteira a seguir indicadas, em diferentes ilhas do país, que tenciona realizar em 2018. No que se refere ao seu financiamento, algumas estão garantidas, outras deverão passar ainda por um processo de negociação.

Quadro 8 – Lista de Projetos de Obras em Carteira

ILHA	PROJETOS E OBRAS	FINANCIADOR
S. Antão	Reabilitação da Estrada Escudela/Tarrafal de Monte Trigo	BM
	Iluminação de 1 dos 2 Túneis	IE/UGPE
	Correcção do Traçado na Localidade do Tarrafal (Poçom) – Ribeira Grande	FAMR
S. Vicente	Reabilitação e Asfatação da Estrada Mindelo/Baía das Gatas	TES
	Intervenção de Melhoria a nível de Segurança na Rotunda Principal do Aeroporto Cesária Évora	FAMR
	Substituição de Guardas Metálicas (deteriorados) por muro de cortina na Estrada Baía / Calhau	FAMR
	2.ª Fase da Reabilitação da estrada para Monte Verde	FAMR
	Reparação de uma secção de pavimento danificado na estrada Nacional EN3-SV-03 - Calhau-Entroncamento EN2-SV-01	FAMR
S. Nicolau	Intervenções pontuais na Estrada Ribeira Brava / Juncalinho	FAMR
	Intervenção de Melhorias pontuais na Estrada Preguiça / Caleijão /Ribeira Brava	FAMR
	Intervenções pontuais na Estrada Ribeira Brava / Água das Patas	FAMR
Sal	Diagnóstico do Estado do Pavimento na Avenida dos Hotéis	
	Procura de Financiamento para Reabilitação da Estrada Santa Maria / Espargos / Palmeira	
B. Vista	Reabilitação do Eixo Rotunda de Pedras / Povoação Velha	SDTIBM
	Correcções pontuais na Estrada Bofareira / Santinha	FAMR
	Construção da Estrada Lacação / Santa Mónica	TGR
	Construção do primeiro troço da via Estruturante - Aeroporto / Rotunda das Pedras	SDTIBM
Maio	Reabilitação/Construção da Estrada de Acesso ao Porto	ENAPOR/FAMR
	Construção do Acesso Pedonal ao Liceu	FAMR
Santiago	Obras de Urgência na estrada Praia /Assomada	BM
	Reabilitação/Construção da Estrada de Ribeira dos Picos	BM
	Reabilitação e Asfatação da Estrada Nazaré/Praia Baixo	
	Fecho do Anel de Santiago	
	Intervenções de Melhorias pontuais na Estrada Belém/Pico Leão	FAMR
	Reabilitação /Construção da Estrada Cidade Velha/Salineiro/Santa Ana	BM
	Reabilitação /Construção da Estrada Chã de Tanque/Palha Carga/Entre Picos de Reda	BM
Fogo	Reabilitação /Construção da Estrada Campanas de Cima/Piorno/Monte Velha	BM
	Reabilitação da Estrada Vila/Porto de Vale dos Cavaleiros	ENAPOR/FAMR
	Construção da Estrada Vila/Cutelo de Açúcar	
	Construção da Estrada Cova Tina/Portela/Bangaeira	TES
	Reabilitação da Estrada Patim / Cova Figueira	
	Reabilitação da Estrada Campanas de Baixo / Mosteiros	
	Intervenção para desobstrução e protecção da Ponte na Avenida Laranjo	FAMR
Brava	Intervenção de Melhorias pontuais na Estrada N. Senhora. do Monte / Cachaço	FAMR
	Intervenção de Melhorias pontuais na Estrada N. Senhora. do Monte / Esparadinha	FAMR
	Avaliação da Estrada Nova Sintra / Nossa Senhora do Monte	FAMR

II.5. OUTRAS AÇÕES RELACIONADAS COM A GESTÃO RODOVIÁRIA

II.5.1. Carregamento da base de dados do Instituto de Estradas - IGR

Para o ano de 2018 pretende-se alcançar alguns objetivos tendo em vista um melhor funcionamento da base de dados de Informação e Gestão Rodoviária – IGR, sobretudo no que diz respeito a garantia da integridade dos dados/informações bem como uma melhor e maior utilidade dos mesmos, de modo a auxiliar os trabalhos em curso no IE e não só. São eles:

- Atualização da Base de dados de forma permanentemente, e configurar nos cadernos de encargos a obrigatoriedade ao do empreiteiro fornecer informações para sua alimentação referente ao respetivo contrato;
- Nova inventariação da rede com vista a atualização da IGR;
- Atualização de informações dos ativos da Rede Rodoviária e das Patologias no âmbito dos novos contrato REMADOR.
- Plano de Lançamento das Empreitadas na BD/IGR
- Plano de Carregamento das Contagens de Tráfego na BD/IGR
- Plano de Registo de Ocorrências na D/IGR
- Disponibilização de rede em webmap, permitindo a sociedade e comunidade estudantil o acesso à informação da rede através do website. Limitando com isso a entrega do ficheiro da rede em formato editável
- Dar melhor aperfeiçoamento dos modelos de relatórios da base de dados.
- Registo de Curvas em Planta e Verticais com base nos projetos disponíveis em arquivo no IE.
- Dar a continuidade às cartografias rodoviárias com finalidades específicas, por meio do Sistema de Informação Geográfica – SIG

A Base de Dados IGR tem como objetivos:

- Consultar as características estruturais e geométricas de cada estrada;
- O estado de conservação e de degradação da estrada;
- Inventariar a rede rodoviária nacional;

II.5.2. Elaboração e Concretização de Plano de Intervenções Pré e pós chuvas 2018

Convindo prevenir as ocorrências e degradações que podem ocorrer na época das chuvas, o IE pretende elaborar à semelhança do que tem acontecido nos anos anterior, um Plano de intervenções pré e pós chuvas. Esse Plano será realizado entre os meses de Maio/Junho após o levantamento do estado das estradas nacionais em todas as Ilhas feito pelos respetivos Gestores. O objetivo desse Plano será colmatar as insuficiências, degradações ou patologias que podem se agravar com as chuvas evitando desta forma a degradação acentuada ou perda do património rodoviário.

II.5.3. Preparação/treinamento para Implementação de Bâsculas;

O IE pretende recuperar as básculas móveis adquiridas no âmbito do financiamento do Banco Mundial para controlo dos veículos pesados em algumas estradas nacionais.

O IE vai articular com a DGTR, no sentido de ver aprovada a lei que permite o controlo com básculas e do mesmo passo vai proporcionar treinamento dos seus gestores para efetivar esse controlo juntamente com a Polícia Nacional.

II.5.4. Apoio técnico no Programa de Requalificação, Reabilitação e Acessibilidades (PRRA)

O Programa de Requalificação, Reabilitação e Acessibilidades (PRRA) tem como objetivo a requalificação, reabilitação e Acessibilidades das estradas de penetração. É um programa coordenado pelo MIOTH em parcerias com as Câmaras Municipais. O apoio do Instituto de Estradas visa essencialmente a vertente de Acessibilidades, concretamente na elaboração de projetos e sua aprovação, elaboração de cadernos de encargos, lançamento de concurso e acompanhamento periódico da empreitada.

II.5.5. Criação e colocação de novas Placas de Obras para as Estradas Sob Manutenção e Implantação de Marco Quilométrico;

II.5.6. Levantamento e avaliação das estradas nacionais que não estão abrangidas pelo REMADOR e programação da sua manutenção periódica de modo a evitar o ciclo de degradação das mesmas;

II.5.7. Contagem de todas as rotundas e pontes nas estradas nacionais;

II.5.8. Levantamento de todas guardas de segurança, muros de suporte e guardas metálicas danificadas para proceder a sua reparação;

II.5.9. Atualização das ocupações de terceiros na zona de servidão rodoviária em toda a rede rodoviária do país.

O Instituto de Estradas pretende fazer uma atualização das ocupações de terceiros em toda a zona de servidão rodoviária do país. Essa atualização permitirá ter uma visualização global das ocupações, o que possibilitará fazer um reperfilamento em termos de novos traçado de estrada bem como na elaboração de Planos de Alinhamento para futuras autorizações e licenciamentos na área de servidão rodoviária tendo como objetivo a definição e redução das distancias mínimas relativas ao eixo da faixa de rodagem a que novos edifícios ou novas vedações podem ser construídas;

- II.5.10. Elaboração de um Caderno de Encargos para os projetos que implicam a abertura de valas nas Estradas Nacionais;**
- II.5.11. Preparação de cadernos de encargos para pequenas obras;**
- II.5.12. Pintura de lombas e passadeiras nas estradas nacionais;**
- II.5.13. Constituição da UGA do IE;**
- II.5.14. Formação Teórico-prática sobre Inspeção visual de Pontes e Túneis;**
- II.5.15. Atualização do PRN;**
- II.5.16. Contratualização de Empresa de Segurança Privada (por um período experimental) para fiscalizar a área de servidão onde terceiros tem colocado Escombros;**
- II.5.17. Plano de deslocações 2018 (ver anexo II)**

III. ACTIVIDADES FINANCEIRAS

III.1. ORÇAMENTO DE FUNCIONAMENTO FINANCIADO PELO TESOIRO

O orçamento de funcionamento para o ano **2018** financiado pelo Tesouro é de **32.378.593\$00**.

III.2. ORÇAMENTO DE FUNCIONAMENTO FINANCIADO PELO FAMR

Os 2% das receitas arrecadada pelo Fundo Autónomo Rodoviário que destinam a despesa de funcionamento do IE par o ano de **2018** é de **12.991.152\$00**. Esse montante está destinado às despesas com o Pessoal Contratado, Assistência Técnica, Outros Bens e Serviços e Outras Assessorias tendentes a colmatar as incontornáveis necessidades em matéria de recursos humanos.

O IE dispõe ainda do montante de **1.700.000\$00**, previsto como Receita Própria arrecada das vendas de dossier e aplicação de taxas.

III.3. ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO FINANCIADO PELO FAMR

III.3.1. CONTRATOS DE EMPREITADAS E CONTRATOS PROGRAMAS

Para o ano 2018 o IE foi aprovado um montante global de 532.637.217\$00 para a execução do Plano de Investimento. Desse montante, 60%, ou seja, 320.375.617\$00 vai para financiamento de obras e Serviços de Manutenção Corrente nas Estradas Nacionais; cerca de 20% (105.000.000\$00) cobre as Obras de Urgências nas Estradas Nacionais e cerca de 20% (107.261.600\$00), para financiamento das obras nas Estradas Municipais (através de Contratos Programa com as Câmaras Municipais).

III.4. PROJETOS DE INVESTIMENTO FINANCIADO PELO BANCO MUNDIAL

- Execução dos trabalhos de Construção das Estradas Nacionais EN3-SA-01 Chã de Escudela-Tarrafal Monte Trigo - **Ilha de Santo Antão**;
- Realização de trabalhos de Urgência na Estrada Nacional de EN1-ST-01 Praia – Tarrafal –**Ilha de Santiago**;
- Realização dos trabalhos de Construção da Estrada Piorno-Campanas de Cima –**Ilha do fogo**;

IV. ACTIVIDADES ADMINISTRATIVAS E DE RECURSOS HUMANOS

A gestão do património rodoviário nacional constitui a tarefa principal do Instituto de Estradas, neste sentido a criação de condições necessárias e favoráveis a um bom ambiente de trabalho para os seus técnicos, assume uma importância fundamental no quadro interno da instituição, ao mesmo tempo potencia a prestação de um serviço de qualidade aos utentes das vias rodoviárias e facilita o próprio desenvolvimento do País.

No quadro das ações de reforço, qualificação e capacitação dos Recursos Humano, em 2018 o Instituto de Estradas prevê:

➤ **Contratação de um Engenheiro Civil**

O IE conta com uma estrutura reduzida de pessoal, composta por 19 efetivos (incluindo os órgãos do Conselho Diretivo e os prestadores de serviços), para levar a cabo a implementação de todas as atribuições previstas nos atuais Estatutos.

Com vista ao reforço do seu quadro de pessoal, o IE prevê recrutar um engenheiro civil para integrar a sua Unidade Técnica. O processo para abertura de concurso foi enviado, em dezembro último, à Direção Nacional de Administração Pública, entidade a quem está incumbida a gestão do Recrutamento Centralizado na Administração Pública, e aguarda-se a todo o instante o pronunciamento da mesma.

➤ **Novas formações para os técnicos do IE:**

A formação dos recursos humanos de qualquer instituição é fundamental uma vez que permite aos participantes, obter de forma prática e objetiva os conhecimentos, as melhores práticas e metodologias para que possam desenvolver as capacidades e competências requeridas para exercerem, com autonomia, um amplo conjunto de atividades inerentes à função de cada um em particular.

É nesta ótica que o Instituto de Estradas (IE) tem vindo a trabalhar no sentido de proporcionar os seus Recursos Humanos as melhores condições de trabalho em termos de gestão, logística, ambientais, psicológicos e de motivação. Mas, também proporcionando participação em formações a fim de melhorar o desempenho e a qualidade dos serviços de cada colaborador de forma que o resultado no final de cada ano se traduza em ganhos tanto para o colaborador, mas principalmente para a instituição, nomeadamente em matéria de prestação de um serviço de qualidade e de eficiência e eficácia institucional.

Assim, a semelhança do vem acontecendo nos anos anteriores para 2018, o IE prevê algumas formações ou cursos adaptados às necessidades de cada um, a fim de melhorar o seu desempenho e a qualidade dos serviços prestados pela instituição. Estas formações serão sobre temas relacionados com gestão rodoviária, nomeadamente:

- Contratação Pública;
- Controlo de Qualidade;

- Gestão de Projetos;
- Modelos Funcionais de Planeamento;
- Sistemas de preservação dos ativos da rede rodoviária;
- Fiscalização preventiva da execução das Obras Públicas;
- Outras formações que se julgarem necessárias no decorrer do ano;

As participações em seminários, ateliers, workshops sobre temas relacionados com a área de atuação do IE também farão parte dos seus objetivos.

Ainda no âmbito do Programa Projeto de cooperação transnacional Interreg MAC (Madeira, Açores, Canárias) 2014-2020, o IE previu algumas ações de intercâmbio de conhecimento e formação e capacitação, suscetíveis de serem realizados no decorrer de 2018, conforme quadro a seguir apresentado.

Quadro 9 – Atividade Formação Projeto INGENIA 2

FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO TÉCNICA		
Atividades	Descrição	Objetivos
Ações de Intercâmbio de conhecimento e Formações e capacitação técnica	As ações de intercâmbio permitirão a transferência de Know How entre técnicos de Canárias e de Cabo Verde; conhecimento in situ das experiências dos técnicos de cada país; enriquecimento e possibilidade de reflexão e análises entre os participantes em um processo contínuo de formação. No que se refere a formações permitirá a capacitação técnica e transferência de conhecimentos.	Melhorar a capacidade técnica e institucional e a eficiência e eficácia da Administ. Pública;

➤ **Análise e aprovação dos Instrumentos legais para melhorar a gestão dos Recursos Humanos**

Na sequência da alteração geral dos instrumentos de gestão de pessoal da Administração Pública, ao abrigo da lei de bases da função pública – lei n.º 42/VII/2009, de 27 de julho, e do novo plano de cargos, carreiras e salários de regime geral, aprovado pelo Decreto lei n.º 9/2013, de 26 de fevereiro o IE contratou em 2014 uma consultora individual para elaboração de alguns documentos importantes referentes aos instrumentos de gestão dos Recursos Humanos no IE. Estes instrumentos são essencialmente: estrutura organizacional do IE; Estrutura do pessoal (PCCS); Quadro de pessoal; Tabela Salarial, Estudo do impacto financeiro e Ficha de Avaliação de Desempenho Individual

Considerando que na altura da sua elaboração os documentos não foram aprovados, o IE contratou em finais de 2017, a mesma consultora para atualizar os referidos documentos e prevê-se a sua aprovação no decorrer de 2018. Com a aprovação desses documentos espera-se assegurar uma melhor gestão organizacional e capacitação dos quadros do IE e permitir deste modo o cumprimento integral do objeto, missão e atribuições para o qual foi criado.

➤ **Regularização da situação do pessoal do IE pago através do Projeto Fundo Rodoviário**

O vínculo do pessoal do IE é feito mediante contratos de trabalhos pagos através da Direção Geral do Tesouro.

Considerando que os sucessivos diplomas de execução orçamental têm congelado novas admissões na Função Pública, o IE, para colmatar o problema de défice de Recursos Humanos e prosseguir com o seu objetivo de gestor de toda a rede rodoviária do país, tem vindo a fazer contratações por Tempo Determinado por um período de 1 ano, renováveis anualmente pagos através do Projeto de Investimento “Fundo Rodoviário” para mitigar esse constrangimento. Essa evasão tem originado situações de pessoal com mais de 5 anos de contrato a termo que se vem renovando todos os anos o que tem gerado uma situação de instabilidade a nível de remuneração e vínculo laboral.

Desta feita, em 2017, o IE iniciou contatos com a Direção Geral da Administração Pública no sentido de ver a possibilidade de transferência desse pessoal do centro de Custos desse Projeto para o Centro de Custos da Direção Geral do Tesouro. No entanto, essa situação não é fácil de se resolver porque segundo informações dessa entidade existem inúmeras instituições com o mesmo problema e as diretivas do MF não permitem essa transferência. Entretanto, estão a analisar com cuidado estas várias situações por forma a arranjar um mecanismo que possa ajudar a resolvê-lo.

Para ajudar na resolução desta questão o IE está sendo auxiliado por um advogado, pelo que se espera que no decorrer de 2018 possamos encontrar uma solução para este problema.

➤ **Redefinição das Tarefas dos colaboradores do IE**

As tarefas de cada colaborador do IE são definidas no contrato firmado entre este e a instituição. A par do que já vem estipulado no contrato, foram redefinidas através do Despacho n.º 7/2010 algumas tarefas para cada colaborador tendo em consideração a função que cada um desempenhava na altura,

Atendendo as novas contratações feitas no IE desde aquela altura, mudanças de funções de colaboradores e inclusive mudanças em termos de gestão de alguns projetos em curso, foi elaborado uma proposta de atribuição, ajustes e definição das tarefas para cada colaborador, por forma a se obter uma melhor prestação dos mesmos, promover uma nova dinâmica e uma melhor clarificação no atinente as obrigações de cada um. Essa proposta já foi analisada pelo CD mas entretanto ainda não foi aprovada, pelo que se prevê essa aprovação no decorrer de 2018.

➤ **Avaliação e evolução profissional dos técnicos do IE**

Como forma de avaliar o desempenho dos técnicos do IE, a nível do desenvolvimento das tarefas, comportamentos e atitudes bem com o potencial de desenvolvimento e dar assim o cumprimento do disposto no PCCS do IE, a instituição vai realizar em janeiro de 2018 a avaliação de desempenho individual dos seus técnicos referentes ao ano 2017.

Da mesma forma, o Conselho Diretivo prevê proceder ao Desenvolvimento Profissional do seu pessoal através de progressões, promoções e reclassificações, de acordo com o art.º 22.º da Portaria n.º 5/2005, que aprova o PCCS do IE, para os colaboradores que cumprirem os requisitos exigidos para o efeito e de acordo com a disponibilidade orçamental.

No que respeita a área administrativa, prevê-se:

➤ **Aprovação de um novo fluxograma para o circuito interno dos documentos;**

Por forma a agilizar e facilitar a tramitação e permitir uma resposta mais célere dos departamentos, e ao mesmo tempo permitir o cumprimento em tempo útil na execução das tarefas de cada colaborador e em caso de não cumprimento a respetiva responsabilização, pretende-se aprovar um novo modelo de fluxograma para o circuito interno dos documentos em substituição do existente. O Conselho Diretivo já tem na sua posse uma proposta de fluxograma que deverá analisar e se achar conveniente adaptar com vista a sua aprovação.

➤ **Aquisição de alguns equipamentos para o IE;**

A prestação dos serviços de qualidade depende em grande medida da existência na instituição de bons equipamentos que auxiliam na execução das tarefas.

Depara-se no IE, com a necessidade na aquisição de novos equipamentos nomeadamente: impressoras, Portátil, PC, UPS, Telefones, Bastidores, etc, para substituir os existentes que se estão a revelar pouco operacionais devido ao tempo de vida e para novo pessoal que agora faz parte do IE;

➤ **Reorganização das Instalações do IE**

Com vista a Reorganização das Instalações do IE, o IE iniciou em dezembro de 2017 os procedimentos para o Concurso de Ideias de Arquitetura para Conceção e Elaboração de Projeto de Reorganização das suas instalações. O procedimento tem por objeto a contratação de um gabinete ou Consultor Individual para apresentar um Projeto de Reorganização dos Espaços (dois

apartamentos habitacionais) onde estão instalados os seus serviços, tornando-os mais funcional, equilibrado e melhorando as condições de trabalho.

➤ **Constituição da UGA do IE;**

Convindo dar cumprimento ao disposto no n.º 03 do artigo 66.º da Lei n.º 88/VII/2015, de 14 de abril, que aprova o Código da Contratação Pública e do n.º 4 do artigo 2.º do Regulamento das Unidades de Gestão das Aquisições aprovado pelo Decreto-Lei n.º 46/2015, de 21 de setembro, o Instituto de Estradas pretende constituir a sua UGA bem como a qualificação dos membros dessa UGA, conforme o previsto no Regulamento de Acreditação. Para o efeito já solicitou a ARAP essa acreditação e aguarda resposta desta entidade.

➤ **Redimensionamento da frota de viaturas do IE**

V. ACTIVIDADES INSTITUCIONAIS

Em 2018 o IE vai continuar a desenvolver ações com vista a dar maior visibilidade à instituição, o seu papel e atribuições:

➤ **Promoção de encontros com várias instituições públicas e privadas:**

O objetivo é dar a conhecer o papel do IE como autoridade rodoviária nacional e busca de parcerias institucionais para uma atuação mais concertada que podem ser traduzidos na celebração de protocolos e em planos de atuação concreto de cooperação entre as instituições.

➤ **Acompanhamento dos protocolos e Acordos já firmados e assinatura de novos protocolos com instituições parceiras nacionais:**

O IE irá fazer o acompanhamento dos protocolos e acordos assinados nos anos anteriores com instituições a seguir indicadas, e promover as melhorias das suas atuações naquilo que se julgar pertinente:

- A Câmara Municipal do Sal no âmbito transferência da Gestão da Estrada Nacional EN1-SL-03 (avenida dos hotéis) para aquela edilidade;
- A MAI, GARANTIA SA, IMPAR SARL, e o BCV – FUNDO DE GARANTIA AUTOMÓVEL, visando alargar, unificar e formalizar as bases, fontes e formas de coparticipação dos diferentes stakeholders na segurança rodoviária e na proteção das infraestruturas rodoviárias e sua envolvimento com particular enfoque na gestão, conservação e exploração da rede de estradas nacionais e pontes, sob jurisdição do IE, enquanto vias de comunicação pelas quais se exerce a condução auto.
- A Polícia Nacional, que visa definir e promover, em articulação com todas as entidades com responsabilidade no Sector Rodoviário o desempenho da rede rodoviária, sua gestão e proteção. Neste particular, há necessidade de um reforço da Policia Nacional no sentido de uma melhor fiscalização e atuação em relação as atividades de terceiros na zona de Domínio Público Rodoviário Nacional, muito particularmente na extração e transporte de inertes e outros materiais.

Caso se julgar necessário, o IE poderá assinar protocolos com algumas Câmaras municipais do país e outras entidades no âmbito da gestão rodoviária no sentido de apoiar na fiscalização das intervenções de terceiros nas zonas de servidão rodoviária. O IE prevê ainda materializar um protocolo com o Fundo Social de Sustentabilidade do Turismo com vista a cofinanciamento de obras em algumas ilhas com vocação turística, etc.

➤ **Realização de missões de serviços a nível internacional:**

Convindo a alargar cooperações com instituições internacionais para dar respostas às questões mais imediatas como, por exemplo, a aplicação prática do Estatuto das Estradas Nacionais, planificação, conceção, construção e reabilitação de estradas, conservação e novos modelos de

financiamento, sempre que possível o IE realizará missões de serviços a nível internacional com o objetivo de estreitar relações com instituições cujo o ramo de atuação esteja relacionado com a gestão rodoviária.

➤ **Projeto de Cooperação INTERREG MAC 2014-2020**

Em 2016, o IE candidatou-se ao segundo pacote do projeto PCT (Programa de Cooperação Transnacional MAC (Madeira, Açores e Canárias) 2014-2020 sob o acrónimo de INGENIA 2, financiado pelo fundo FEDER (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional), tendo a comunicação da sua admissão sido feita em dezembro de 2016. Assim, em 2018 prevê-se o início das atividades que contempla ações de formação aos técnicos do IE; Missões de intercâmbio; identificação de projetos de infraestruturas alvo de estudo, inteirar-se das competências da instituição homóloga com vista a troca de experiência;

➤ **Atualização do Plano de comunicação e Implementação das suas Ações**

O IE elaborou em 2013 um Plano de Comunicação Institucional com a finalidade de aprimorar, estruturar e ampliar os processos comunicacionais da instituição tanto interna como externamente, tendo também como intenção dar a conhecer o papel da instituição como autoridade rodoviária, as suas funções, atribuições e principais ações. As ações do âmbito desse plano de comunicação são atualizadas anualmente.

Para 2018 o IE elaborou um conjunto de ações (ver anexo V) que pretende desenvolver no âmbito desse plano. A estimativa do custo total para o desenvolvimento dessas ações ronda os 399.750\$00. Atendendo as limitações impostas pelo Orçamento de Funcionamento da instituição relativos a esse tipo de atividades, para o ano 2018 o IE conta com o apoio do Projeto Fundo Rodoviário para compartilhar parte dessas despesas.

➤ **Acompanhamento funcionamento linha verde**

➤ **Disponibilização e atualização de informações no site do IE**

➤ **Criação da página do IE no facebook;**

VI. ACTIVIDADES LIGADAS A LEGISLAÇÃO DO SETOR

➤ Implementação mais abrangente dos EEN

À semelhança do que aconteceu nos anos anteriores, o IE pretende continuar a disciplinar e regulamentar as atividades de terceiros nas zonas de Domínio Público Rodoviário Nacional (DPRN), bem como penalizar a má utilização da mesma.

Assim sendo, o IE irá efetuar o acompanhamento e a aplicação do DL n.º 22/2008 que Aprova os Estatutos das Estradas Nacionais conjugados com o Decreto-Lei n.º 25/2014 de 5/06 que altera alguns artigos do diploma anterior, nas seguintes vertentes:

▪ **Acompanhamento dos embargos feitos às obras construídas na zona de servidão das estradas nacionais.**

No desempenho do seu papel como autoridade rodoviário e preservação dos bens de domínio público, o IE procedeu nos anos anteriores ao embargo de algumas obras em algumas ilhas. Em 2018 prevê-se o acompanhamento desses embargos e emissão de uma decisão definitiva sobre os mesmos.

▪ **Autorizações, licenciamentos e pareceres;**

O IE vai continuar a exercer a sua intervenção em obras e atividades de terceiros na área da jurisdição rodoviária, emitindo autorizações, licenciamento e pareceres.

▪ **Cobrança das taxas bem como os emolumentos e demais montantes a cobrar por atos e serviços prestados pelo IE**

▪ **Aplicação das contraordenações aos comportamentos e fatos que violam o disposto no EEN**

As taxas e as contraordenações constituem um contributo maior para a completa e cabal implementação do EEN, nomeadamente no que se refere à recolha das receitas e no que se refere à diminuição de eventuais infrações em face do carácter sancionatório das multas, requerendo-se para este efeito, antes da mais e em primeiro lugar, um inquestionável apoio a nível das autarquias locais.

▪ **Encontros com vista ao desenvolvimento de ações concertadas com diversas entidades no âmbito do EEN**

O conhecimento do EEN por parte de entidades públicas e privadas é importante uma vez que facilita o trabalho do IE no cumprimento das disposições do referido diploma. Sendo assim, o IE promoverá, sempre que possível, encontros com diversas entidades na procura de soluções para uma melhor implementação dos EEN.

➤ **Aplicação do Novo Plano Rodoviário Nacional**

Em 2018, a gestão da rede rodoviária nacional irá incidir sobre o novo Plano Rodoviário Nacional publicado em 2015, cujo objetivo foi adaptar e alterar os conceitos de Nível de Serviço, para fazer face à tipologia das estradas nacionais cabo-verdianas, analisar a classificação de novas estradas construídas no País e reclassificar ou desclassificar estradas existentes, face ao desenvolvimento da envolvente vizinha, do ponto de vista urbanístico, agrícola, económico e ambiental.

➤ **Recolha de subsídios para Revisão do PRN**

➤ **Aprovação de normas do IE para melhorar a gestão rodoviária:**

Em 2018 o IE pretende aprovar e divulgar as normas relacionadas com a gestão rodoviária. O conjunto composto por 9 normas foi finalizado e posto à consulta pública em finais de 2016. Em 2017 o IE recolheu todos os contributos provenientes dessa consulta e introduziu as melhorias achadas convenientes com vista a sua aprovação e publicação. Para 2018 está previsto essa aprovação e divulgação

A seguir indicam-se as 9 normas do IE:

- Norma 1: Procedimentos para Redação e aprovação de Normas do IE
- Norma 2: Terminologia Rodoviária;
- Norma 3: Níveis de serviço da capacidade operacional de uma estrada;
- Norma 4: Parâmetros de projeto e características geométricas de uma estrada;
- Norma 5: Condições de acesso às estradas nacionais;
- Norma 6: Classificação das patologias nos ativos da rede rodoviária;
- Norma 7: Tipos de intervenções construtivas rodoviárias
- Norma 8: Sistema de rubricas de orçamentos de obras rodoviárias;
- Normas 9: Lista dos modelos para os serviços de fiscalização de obras rodoviárias;

➤ **Finalização e publicação da coletânea sobre a legislação relacionada com o setor rodoviário**

O IE iniciou em 2016 algumas démarches com vista a elaboração de uma coletânea de legislação sobre o setor rodoviário cujo objetivo é juntar num único documento todas as legislações referentes ao Instituto de Estradas bem com de outras instituições relacionadas com o setor rodoviário como forma de facilitar a sua utilização e manuseamento.

Para 2018, prevê-se a finalização e publicação dessa coletânea em parceria com a Imprensa Nacional de Cabo Verde.

VII. ACTIVIDADES INFORMÁTICAS

O sector das novas tecnologias de informação e comunicação tem assumido um papel fundamental em determinadas vertentes tornando em alguns casos uma ferramenta essencial para materializar os objetivos.

Nas próximas alinhas apresentaremos as principais atividades, que temos definido para este ano de 2018, atividades estas que vai acarretar de alguns investimentos, mas que também nos apresentará uma grande melhoria no que desrespeito as normas, seguranças e bom uso dos equipamentos.

- a) Adquirir um programa de controlo de assiduidade que permite um maior controlo aos funcionários e que permite uma gestão mais eficaz por parte do Departamento dos Recursos humanos.
- b) Trabalhar na organização dos documentos e aquisição de um programa de gestão documental que permite melhor organização e gestão dos documentos produzidos no IE;
- c) adquirir novos equipamentos para substituir os já não estão operacionais devido ao tempo de vida e para novas pessoas que agora fazem parte do IE como mostra a tabela abaixo.
- e) Separar os equipamentos de rede e comunicação dos outros serviços, ou seja, estes passarão a ficar num espaço isolado com maior segurança.
- f) Manutenção do site e atualização permanente das informações disponibilizadas no mesmo.

Pretende-se com estas ações colocar o Instituto de Estradas no patamar que lhe é devido, assumindo as suas responsabilidades e fornecendo o seu público-alvo toda a informação necessária de forma cómoda e em tempo real.

Tipo	Modelo	Quantidade	Local
UPS	BACK-UPS 650VA 230V	13	outros
	APC Smart-UPS 2200VA	1	servidor
PC	HP ProDesk 400 G3 i7	1	Sr. Domingos
	HP ProDesk 400 G3 i7	1	Jair
Telefone IP	Telefone CP-6921	2	Engº Antonio e Jair
	Unified CM Device License For ELD - 10	1	
impressoras	HP Color LaserJet Pro MFP M477fdw	1	sala contabilidade
	hp officejet 5740	1	Presidente
cabo flexível tel.	cabo espiral rj11	3	todos
Bastidor	Bastidor 32U	1	Sala Informática



VIII. ANEXOS



ANEXO I
PLANO DE INVESTIMENTO 2018



PLANO DE INVESTIMENTO 2018 - PREVISÃO DE CUSTOS						
PARTE A (60%)	PARTE A1: SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRENTE E OBRAS EM ESTRADAS NACIONAIS (*) Abrangido p/ REMADOR					
	Ilha	Manutenção Corrente	Reabilitação	Melhorias	Sub-Total (S/IVA)	Total (C/IVA)
	Santiago lote 01	38.653.631 \$	4.000.000 \$	2.000.000 \$	38.829.244 \$	44.653.631 \$
	Santiago lote 02	36.282.865 \$	3.000.000 \$	2.000.000 \$	35.898.144 \$	41.282.865 \$
	Fogo (*)	44.123.027 \$	4.000.000 \$	2.000.000 \$	43.585.241 \$	50.123.027 \$
	Santo Antão (*)	58.661.554 \$	4.000.000 \$	2.000.000 \$	56.227.438 \$	64.661.554 \$
	São Nicolau	27.443.574 \$	2.000.000 \$	2.000.000 \$	27.342.238 \$	31.443.574 \$
	Maio	4.646.043 \$	2.000.000 \$	1.000.000 \$	6.648.733 \$	7.646.043 \$
	São Vicente	7.773.519 \$	2.000.000 \$	1.000.000 \$	9.368.277 \$	10.773.519 \$
	Boa Vista	15.013.950 \$	2.000.000 \$	1.000.000 \$	15.664.304 \$	18.013.950 \$
	Sal	10.243.032 \$	2.000.000 \$	1.000.000 \$	11.515.680 \$	13.243.032 \$
	Brava	10.243.032 \$	2.000.000 \$	1.000.000 \$	11.515.680 \$	13.243.032 \$
	Sub-Total	253.084.225 \$	27.000.000 \$	15.000.000 \$	256.594.979 \$	295.084.225 \$
					Sub-Total PARTE A1 =	295.084.225 \$
	PARTE A2: OBRAS EM OUTROS PROJETOS RODOVIÁRIOS					
Ilha	Tipo de Trabalho	Valor	Sub-Total (S/IVA)	Total (C/IVA)		
Diversas ilhas	Intervenções Pontuais na EN/EM	17.000.000 \$	14.782.609 \$	17.000.000 \$		
	Apoio na abertura de Vias de Penetração (ER)					
	Trabalhos pontuais de reabilitação					
				Sub-Total PARTE A2 =	17.000.000 \$	
	PARTE A3: ASSISTÊNCIA TÉCNICA E COMPROMISSOS TRANSITADOS					
	ATIVIDADES DO INSTITUTO DE ESTRADAS					8.291.392 \$
				Sub-Total PARTE A3 =	8.291.392 \$	
	I - TOTAL DOS CUSTOS DAS OBRAS E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRENTE EM ESTRADAS NACIONAIS (PARTE A1 + PARTE A2 + PARTE A3)					320.375.617 \$
PARTE B (20%)	PARTE B1: OBRAS DE URGÊNCIA NAS ESTRADAS NACIONAIS (*) Abrangido p/ REMADOR					
	Ilha	Urgências		Sub-Total (S/IVA)	Total (C/IVA)	
		Valor				
	Santiago lote 01	18.000.000 \$		15.652.174 \$	18.000.000 \$	
	Santiago lote 02	10.000.000 \$		8.695.652 \$	10.000.000 \$	
	Fogo (*)	7.000.000 \$		6.086.957 \$	7.000.000 \$	
	Santo Antão (*)	9.000.000 \$		7.826.087 \$	9.000.000 \$	
	São Nicolau	6.000.000 \$		5.217.391 \$	6.000.000 \$	
	Maio	3.000.000 \$		2.608.696 \$	3.000.000 \$	
	São Vicente	5.000.000 \$		4.347.826 \$	5.000.000 \$	
	Boa Vista	3.000.000 \$		2.608.696 \$	3.000.000 \$	
	Sal	3.000.000 \$		2.608.696 \$	3.000.000 \$	
	Brava	4.000.000 \$		3.478.261 \$	4.000.000 \$	
				Sub-Total PARTE B1 =	68.000.000 \$	
	PARTE B2: OBRAS DE URGÊNCIA NAS ESTRADAS NACIONAIS (PRÉ e PÓS-CHUVAS)					
Ilha	Valor		Sub-Total (S/IVA)	Total (C/IVA)		
Diversas ilhas	37.000.000 \$		32.173.913 \$	37.000.000 \$		
				Sub-Total PARTE B2 =	37.000.000 \$	
	II - TOTAL DOS CUSTOS DAS OBRAS E SERVIÇOS DE URGÊNCIA EM ESTRADAS NACIONAIS (PARTE B1+B2)					105.000.000 \$
PARTE C (20%)	PARTE C: CONTRATOS PROGRAMA COM CÂMARAS MUNICIPAIS (20% das receitas TSMR destinadas a Intervenções em EM)					
	Ilha	Municípios	Montante			
	Santo Antão	Porto Novo	5.500.000 \$			
		Paul	4.000.000 \$			
		Ribeira Grande	6.000.000 \$			
	São Nicolau	Ribeira Brava	4.000.000 \$			
		Tarrafal	3.500.000 \$			
	São Vicente	São Vicente	5.500.000 \$			
	Sal	Sal	4.000.000 \$			
	Boa Vista	Boa Vista	3.000.000 \$			
	Maio	Maio	3.000.000 \$			
	Santiago	Santa Catarina	7.000.000 \$			
		S. Domingos	4.761.600 \$			
		Tarrafal	5.000.000 \$			
		Santa Cruz	5.000.000 \$			
		Ribeira Grande	5.000.000 \$			
		São Miguel	5.500.000 \$			
		S. Lourenço dos Orgãos	4.000.000 \$			
		São Salvador do Mundo	5.000.000 \$			
	Fogo	Praia	12.000.000 \$			
		São Filipe	5.000.000 \$			
		Santa Catarina	3.500.000 \$			
		Mosteiros	4.000.000 \$			
	Brava	Brava	3.000.000 \$			
			Sub-Total PARTE C =	107.261.600 \$		
	III - TOTAL DOS CUSTOS DOS CONTRATOS PROGRAMA COM MUNICÍPIOS EM ESTRADAS MUNICIPAIS (PARTE C - 20%)					107.261.600 \$
PREVISÃO DE CUSTOS TOTAIS ALOCADOS AO FAMR (I + II + III)					532.637.217 \$	



ANEXO II
PLANO DE DESLOCAÇÕES 2018



PLANO DE DESLOCAÇÕES DO PESSOAL DO IE ÀS ILHAS - FEVEREIRO | DEZEMBRO - 2018

PLANO DE DESLOCAÇÃO ÀS ILHAS DE SANTO ANTÃO E SÃO VICENTE ANO 2017						
Ilha	DESCRIÇÃO	PESSOAS	TEMPO DE PERMANÊNCIA NA ILHA (SV)	TEMPO DE PERMANÊNCIA NA ILHA (SA)	VALOR P/ PESSOA-DIA	VALOR TOTAL
Santo Antão e S.Vicente	Bilhete de Passagem Avião Praia-SV-Praia	1	1	1	19.149,00	325.533,00 CVE
	Bilhete de Passagem Barco SV-SA-SV	1	1	1	1.600,00	27.200,00 CVE
	Alojamento/SA	1	0	3	5.500,00	280.500,00 CVE
	Alojamento/SV	1	2	0	7.420,00	252.280,00 CVE
	Seguro de Viagem	1	1	1	1.439,00	24.463,00 CVE
	Transporte Local SV			EMP - MC	0,00	0,00 CVE
	Transporte Local SA			EMP - MC	0,00	0,00 CVE
	Ajuda de custo SA	1	0	3	2.144,00	109.344,00 CVE
	Ajuda de Custo SV	1	2	0	2.680,00	91.120,00 CVE
	Transporte Local Praia	1	0	0	2.000,00	34.000,00 CVE
		Despesa Total				
Total de deslocações às Ilhas de São Vicente e Santo Antão (Fevereiro a Dezembro de 2018)						1.144.440,00 CVE
PLANO DE DESLOCAÇÃO À ILHA DE SÃO NICOLAU ANO 2017						
Ilha	DESCRIÇÃO	PESSOAS	TEMPO DE PERMANÊNCIA NA ILHA	VALOR P/ PESSOA-DIA	VALOR TOTAL	
São Nicolau	Despesas/deslocação					
	Bilhete de Passagem Avião Praia-SN-Praia	1	1	1	20.800,00	270.400,00 CVE
	Alojamento/SN	1	2		4.500,00	117.000,00 CVE
	Seguro de Viagem	1	1		1.500,00	19.500,00 CVE
	Transporte Local SN (Aluguer de Viatura)		EMP - REMADOR		0,00	0,00 CVE
	Ajuda de custo SN	1	2		2.144,00	55.744,00 CVE
	Transporte Local Praia	1	1		2.000,00	26.000,00 CVE
	Despesa Total				488.644,00 CVE	
Total de deslocações à Ilha de São Nicolau (Fevereiro a Dezembro de 2018)						488.644,00 CVE
PLANO DE DESLOCAÇÃO À ILHA DO SALANO 2017						
Ilha	DESCRIÇÃO	PESSOAS	TEMPO DE PERMANÊNCIA NA ILHA	VALOR P/ PESSOA-DIA	VALOR TOTAL	
Sal	Despesas/deslocação					
	Bilhete de Passagem Avião Praia-SL-Praia	1	1		16.000,00	208.000,00 CVE
	Alojamento/SL	1	1		4.500,00	58.500,00 CVE
	Seguro de Viagem	1	1		1.500,00	19.500,00 CVE
	Transporte Local SL (Aluguer de Viatura)		EMP - MC		5.000,00	0,00 CVE
	Ajuda de custo SL	1	1		2.680,00	2.680,00 CVE
	Transporte Local Praia	1	1		2.000,00	26.000,00 CVE
	Despesa Total				314.680,00 CVE	
Total de deslocações à Ilha do Sal (Fevereiro a Dezembro de 2018)						314.680,00 CVE
PLANO DE DESLOCAÇÃO À ILHA DA BOAVISTA ANO 2017						
Ilha	DESCRIÇÃO	PESSOAS	TEMPO DE PERMANÊNCIA NA ILHA	VALOR P/ PESSOA-DIA	VALOR TOTAL	
Boavista	Despesas/deslocação					
	Bilhete de Passagem Avião Praia-BV-Praia	1	1		15.000,00	255.000,00 CVE
	Alojamento/BV	1	2		4.000,00	68.000,00 CVE
	Seguro de Viagem	1	1		1.500,00	25.500,00 CVE
	Transporte Local BV (Aluguer de Viatura)		EMP - MC		5.000,00	0,00 CVE
	Ajuda de custo BV	1	2		2.144,00	36.448,00 CVE
	Transporte Local Praia	1	1		2.000,00	34.000,00 CVE
	Despesa Total				418.948,00 CVE	
Total de deslocações à Ilha da Boavista (Fevereiro a Dezembro de 2018)						418.948,00 CVE
PLANO DE DESLOCAÇÃO À ILHA DO MAIO ANO 2017						
Ilha	DESCRIÇÃO	PESSOAS	TEMPO DE PERMANÊNCIA NA ILHA	VALOR P/ PESSOA-DIA	VALOR TOTAL	
Maio	Despesas/deslocação					
	Bilhete de Passagem Avião Praia-MA-Praia	1	1		11.200,00	145.600,00 CVE
	Alojamento/MA	1	3		3.500,00	136.500,00 CVE
	Seguro de Viagem	1	1		1.500,00	19.500,00 CVE
	Transporte Local MA (Aluguer de Viatura)		EMP - REMADOR		5.500,00	0,00 CVE
	Ajuda de custo MA	1	2		2.144,00	55.744,00 CVE
	Transporte Local Praia	1	1		2.000,00	26.000,00 CVE
	Despesa Total				383.344,00 CVE	
Total de deslocações à Ilha do Maio (Fevereiro a Dezembro de 2018)						383.344,00 CVE
PLANO DE DESLOCAÇÃO ÀS ILHAS DO FOGO E BRAVA ANO 2017						
Ilha	DESCRIÇÃO	PESSOAS	TEMPO DE PERMANÊNCIA NA ILHA (FG)	TEMPO DE PERMANÊNCIA NA ILHA (BR)	VALOR P/ PESSOA-DIA	VALOR TOTAL
Fogo e Brava	Despesas/deslocação					
	Bilhete de Passagem Avião Praia-Fogo-Praia	1			12.400,00	210.800,00 CVE
	Transporte Local FG	1	REMADOR		500,00	0,00 CVE
	Transporte Local BR	1		REMADOR	400,00	0,00 CVE
	Bilhete de Passagem Barco FG-BR-FG	1			3.028,00	51.476,00 CVE
	Alojamento/FG	1	2		4.220,00	143.480,00 CVE
	Alojamento/BR	1	2		3.720,00	126.480,00 CVE
	Seguro de Viagem	1	1		1.439,00	24.463,00 CVE
	Ajuda de custo FG	1	2		2.144,00	72.896,00 CVE
	Ajuda de Custo BR	1	0	2	2.144,00	72.896,00 CVE
	Transporte Local Praia	1	1	1	2.000,00	34.000,00 CVE
	Despesa Total				736.491,00 CVE	
Total de deslocações às Ilhas de Fogo e Brava (Fevereiro a Dezembro de 2018)						736.491,00 CVE
Total: Dois Milhões Seiscentos e Oitenta e Três Mil Setecentos e Sessenta e Quatro Escudos						3.486.547,00 CVE
Nota 2 - Para as ilhas onde vão iniciar obras de Reabilitação, previu-se dezassete (17) deslocações, considerando eventual necessidade de se deslocar mais do que uma vez num mês e a possibilidade de por vezes deslocarem duas (02) pessoas. Para as restantes ilhas foram previstas dez (13) deslocações, considerando a possibilidade de por vezes deslocarem duas (02) pessoas.						

ANEXO III

ORÇAMENTO FUNCIONAMENTO IE 2018 FINANCIADO PELO TESOURO

Quadro - Despesa de Funcionamento do IE financiado pelo Tesouro - 2018

							Unid.: Esc		
Classificação Económica		Orçamento Aprovado		Orçamento Corrigido	Transferências de Verbas		Orçamento Real (a+b-c-d)		
Código	Designação	Valor (a)	%		Reforço (b)	Anulação (c)	Valor	%	
02.00.00.00	TOTAL DESPESAS CORRENTES	32.378.593	1	725.714	0,00	0,00	31.652.879	100,0%	
02.01	Despesas com Pessoal	24.588.653	75,9%	0,00			24.588.653	77,7%	
02.01.01.01	Remunerações certas e permanentes	20.281.671	62,6%	0,00	0,00		20.281.671	64,1%	
02.01.01.01.02	Pessoal de quadro (0%)	17.181.000	53,1%				17.181.000	54,3%	
02.01.01.01.03	Pessoal Contratado (0%)								
02.01.01.02.02	Subsidios permanentes (0%)	3.100.671	9,6%				3.100.671	9,8%	
02.01.01.02.07	Formação (1/12) - 20%	339.543	1,0%	0,00	0,00		339.543	1,1%	
02.01.01.02.09	Outros Suplementos e Abonos (0%)	372.000	1,1%				372.000	1,2%	
02.01.01.03.03	Progressões	128.784	0,4%				128.784	0,4%	
02.01.01.03.06	Promoções	395.256	1,2%				395.256	1,2%	
3.01.03.00	Segurança social para agentes do Estado	3.071.399	9,5%				3.071.399	9,7%	
02.01.02.01.01	Contribuições para segurança social (0%)	3.042.251	9,4%				3.042.251	9,6%	
02.01.02.02.04	Seguro acidentes de trabalho e doenças profissionais (0%)	29.148	0,1%				29.148	0,1%	
02.02	Aquisição de Bens e Serviços	7.789.940	24,1%	725.714	0,00	0,00	7.064.226	22,3%	
02.02.01.01.02	Combustíveis e lubrificantes (3/12) - 20%	600.000	1,9%	60.000			540.000	1,7%	
02.02.01.00.09	Material de Transporte - Peças (1/12) - 20%	200.000	0,6%	20.000	0,00	0,00	180.000	0,6%	
02.02.01.01.04	Material de Conservação e Reparação (20%)	120.000	0,4%	12.000		0,00	108.000	0,00341	
02.02.01.09.09	Outros Bens (20%)	200.000	36,0%	20.000		0,00	180.000	0,00569	
02.02.02.00.02	Conservação e Reparação de Bens(20%)	600.000	1,9%	60.000		0,00	540.000	0,01706	
02.02.01.00.05	Material de Escritório(1/12) - 20%	300.000	0,00927	30.000		0,00	270.000	0,85%	
02.02.02.00.03	Comunicações (1/12) -20%	700.000	0,02162	70.000	0,00	0,00	630.000	1,99%	
02.02.02.00.05	Água (1/12) -20%	350.000	0,01081	35.000		0,00	315.000	1,00%	
02.02.02.00.06	Energia Eléctrica (12/12) - 20%	450.000	0,0139	45.000		0,00	405.000	1,28%	
02.02.02.00.08	Representação de Serviços(1/12) - 20%	200.000	0,00618	20.000		0,00	180.000	0,57%	
02.02.02.00.09	Deslocações e Estadias (3/12) -20 %	1.296.750	0,04005	129.675	0,00	0,00	1.167.075	3,69%	
02.02.02.01.00	Vigilância e Segurança(1/12) - 0%	351.900	0,01087	0		0,00	351.900	1,11%	
02.02.02.01.01	Limpeza, Higiéne e Conforto (3/12) - 0%	351.900	0,00772	0		0,00	351.900	1,11%	
02.02.02.01.02	Honorários(3/12) - 20%	250.000	0,04294	25.000	0,00	0,00	225.000	0,71%	
02.02.02.01.03.01	Assistência Técnica - Residente (1/12) - 20%	1.390.393	0,00927	139.039		0,00	1.251.354	3,95%	
02.02.02.09.09	Outros Serviços (1/12) - 20%	300.000	0,00927	60.000	0,00	0,00	240.000	0,76%	
02.08.01	Seguros (12/12) - 0%	128.997	0,00398				128.997	0,41%	
03.01.01.02.03.01	Equipamento Administrativo	0	0	0	0,00	0,00	0	0,00%	

ANEXO IV
ORÇAMENTO FUNCIONAMENTO IE 2018 – RECEITAS PRÓPRIAS
(ORIUNDO 2% RECEITAS CONSIGNADAS PELO FAMR)

Quadro - Despesa de Funcionamento do IE - Receitas Próprias (oriundo de 2% Receitas consignadas pelo Fundo Rodoviário)									
								Unid.: Esc	
Classificação Económica		Orçamento Real - 2018		Orçamento	Trânsferencia Inte- rubricas		Variação Real /Liquidad		
Código	Designação	Valor (a)	%	Corrigido			Valor	%	
	TOTAL DESPESAS CORRENTES	14.691.152	1	583.850	Anulações	Reforço	13.068.891	#VALOR!	
21	Despesas com Pessoal	8.152.655	55,5%		0,00	0,00	13.068.891	100,0%	
02.01.01.01	Remunerações certas e permanentes	6.262.332	42,6%	0,0	0,00	0,00	6.262.332,00		
02.01.01.01.03	Pessoal Contratado (0%)	5.573.160	37,9%	0,0	0,00	0,00	5.573.160	0,0%	
02.01.01.02.02	Subsidios permanentes (0%)	453.456	3,1%	0,0	0,00	0,00	453.456	0,0%	
02.01.01.02.09	Outros Suplementos e Abonos (0%)	968.411	6,6%	0,0	0,00	0		0,0%	
02.01.01.03.03	Progressões	235.716	1,6%	0,0	0,00	0	235.716	0,0%	
3.01.03.00	Segurança social para agentes do Estado	921.912	6,3%	0,0	0,00	0,00	921.912,00	7,1%	
3.01.03.03	Contribuições para segurança social (0%)	903.984	6,2%	0,0	0,00	0,00	903.984	0,0%	
3.01.03.04	Seguro acidentes de trabalho e doenças p	17.928	0,1%	0,0	0,00	0,00	17.928	0,1%	
02.02	Aquisição de Bens e Serviços	6.538.497	44,51%	583.849,7	0	0	5.884.647	#DIV/0!	
02.02.01.01.02	Combustiveis e lubrificantes (3/12) - 10%	450.000	3,06%	45.000,00	0	0	405.000	0,00%	
02.02.02.00.01	Renda e Alugueres	0	#DIV/0!	0,00	0	0	0	#DIV/0!	
02.02.02.00.02	Conservação e Reparação de Bens 10%	550.000	6,75%	55.000,00	0	0	495.000	0,00%	
02.02.01.00.05	Material de Escritório(1/12) 10%	300.000	4,79%	30.000,00	0	0	270.000	0,00%	
02.02.02.00.03	Comunicações (1/12) 10%	420.000	7,54%	42.000,00	0	0	378.000	0,00%	
02.02.02.00.05	Água (1/12) 10%	100.000	22,05%	10.000,00	0	0	90.000	0,00%	
02.02.02.00.06	Energia Eléctrica (12/12)	150.000	15,49%	15.000,00	0	0	135.000	0,00%	
02.02.02.00.08	Representação dos Serviços	50.000	21,21%	5.000,00			45.000	0,00%	
02.02.02.00.09	Deslocações e Estadias (3/12) 10%	1.400.000	151,86%	140.000,00	0	0	1.260.000	0,00%	
02.02.02.01.01	Limpeza, Higiéne e Conforto (3/12)	168.000	18,58%	16.800,00	0	0	151.200	0,00%	
02.02.02.01.02	Honorários	80.000	446,23%	8.000,00			72.000	0,00%	
02.02.02.01.03.01	Assistência Técnica - Residente (1/12)	962.345	14,72%	96.234,50	0	0	866.111	0,00%	
02.02.02.09.09	Outros Serviços (1/12) 10%	1.008.152	224,03%	100.815,20	0	0	907.337	0,00%	
02.08.02.01.09	ID Outras Construções 10%	200.000	#DIV/0!	20.000,00	0	0	180.000	0,00%	
03.01.01.02.03.01	Equipamentos Administrativos-Aquisições	700.000	127,27%	70.000,00	0	0	630.000	0,00%	
			0,00%				0		

ANEXO V
AÇÕES COMUNICAÇÃO PARA 2018

AÇÕES PARA COMUNICAÇÃO EXTERNA A DESENVOLVER 2018																											
N.	Principais Ações/Iniciativas	Objetivos	Meios a utilizar	Público-alvo	Responsável	Custos	Cronograma																				
							J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D									
01	Encontros, reuniões com instituições diversas	Informação/cooperação/Parcerias/	Encontros/Reuniões	Instituições Diversas	Membros CD	-																					
02	Estabelecimento/Acompanhamento de protocolos	Articulação com as instituições com vista a implementação de ações	<ul style="list-style-type: none"> Protocolos 	C. Municip. PN; MAI Seguradoras Outras Instit.	CD/ José Salomão	-																					
03	a)	Informação/Sensibilização	Entrevistas rádios comunitárias	Público Geral	Gestores	-																					
	b)		Inserção notas de rodapé TCV		Célia Correia	100.000,00																					
	c)		Entrevista Jornais/Net: ▪ Expresso das ilhas		PCD	60.000,00																					
	d)		Divulgação informação site: ▪ IE ▪ Facebook MIOTH		Brucelinda Veiga	-																					
	e)		Conferência de imprensa		PCD/Vogais CD	-																					
04	SPOTS Estradas Nac. e Mun. Servidão Rodoviária Linha verde Cartela Natal Rodapé mens. natal	Informação/Sensibiliz.	Spot rádio; Vídeo e rodapés	Publico em geral	Elisângela Rosário																						
						54.000,00																					
						54.000,00																					
						27.000,00																					
						74.750,00																					
	30.000,00																										
05	Comemoração Natal:		Comemoração Natal: ▪ Envio postais natal	Parceiros	Célia Correia	-																					
06	Sessões de informação e Socialização	Informação/ Socialização	Sessões públicas e Conversas Abertas	Estudantes e Universitários	José Varela	-																					
TOTAL ESTIMATIVA DOS CUSTOS						399.750,00																					

ANEXO VI
CRONOGRAMA DAS AÇÕES PARA 2018

NUM	CRONOGRAMA PRINCIPAIS AÇÕES PARA 2018	2018											
		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
1	ATIVIDADES TÉCNICAS												
	OBRAS												
	1.1.1	Reabilitação da Estrada Chã de Escudela/Tarrafal de Monte Trigo											
	1.1.2	Reabilitação/Construção da Estrada Campanas de Cima/Monte Velha											
	1.1.3	Urgência na Estrada São Domingos/Assomada											
	1.1.4	Reabilitação do Eixo Rotunda de Pedras/Povoação Velha											
	1.1.5	Construção do primeiro troço da via Estruturante - Aeroporto / Rotunda das Pedras											
	1.1.6	Reabilitação /Asfaltagem da Estrada Mindelo/Baía											
	1.1.7	Construção da Estrada Cova Tina/Portela/Bangaeira											
	1.1.8	Reabilitação /Asfaltagem da Estrada Nazaré/Praia Baixo											
	1.1.9	Correcção do Traçado na Localidade do Tarrafal (Poçom) – Ribeira Grande											
	1.1.10	Iluminação de 1 dos 2 Túneis em Santo Antão											
	1.1.11	Construção do Acesso Pedonal ao Liceu, na ilha do Maio											
	1.2	CONCURSOS											
		1.2.1	Lançamento do Concurso p/ Manutenção não REMADOR (Excepto ilha de Santiago)										
		1.2.1	Lançamento do Concurso p/ Manutenção na ilha de Santiago										
		1.2.2	Lançamento do Concurso p/ Reabilitação /Construção da Estrada de Ribeira dos Picos										
		1.2.3	Lançamento do Concurso p/ Reabilitação /Construção da Estrada Cidade Velha/Salineiro/Santa Ana										
		1.2.4	Lançamento do Concurso p/ Reabilitação /Construção da Estrada Chã de Tanque/Palha Carga/Entre Picos de Reda										
		1.2.5	Lançamento do Concurso p/ Reabilitação /Asfaltagem da Estrada Mindelo/Baía										
		1.2.6	Lançamento do Concurso p/ Construção da Estrada Cova Tina/Portela/Bangaeira										
	1.2.7	Lançamento do Concurso p/ Reabilitação /Asfaltagem da Estrada Nazaré/Praia Baixo											
	1.3	CONTRATOS											
		1.3.1	CONTRATOS DE OBRAS E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRENTE NAS ESTRADAS NACIONAIS										
		a)	Manutenção Corrente, Reabilitação e Melhorias no âmbito dos contratos REMADOR										
			Continuidade e Acompanhamento dos contratos REMADOR: S. Antão, Fogo e Maio										
			Continuidade e Acompanhamento do contrato REMADOR na Ilha de São Nicolau (Adenda)										
			Continuidade e Acompanhamento do contrato REMADOR na Ilha de Santiago										
		b)	Serviços de Manutenção Corrente Simples										
			Acompanhamento dos contratos de manutenção nas ilhas de S. Vicente, Sal, Boa Vista e Brava										
			Acompanhamento dos contratos de manutenção na ilha de São Nicolau										
			Acompanhamento dos contratos de manutenção na ilha de Santiago										
		e)	Previsão de Outros Projetos Rodoviários										
			Intervenções Pontuais na EN/EM										
			Apoio na abertura de Vias de Penetração (ER)										
			Trabalhos pontuais de melhorias										
		1.3.2	CONTRATOS DE OBRAS DE URGÊNCIA PREVISTOS P/ 2018										
		a)	Santiago lote 01										
		b)	Santiago lote 02										
		c)	Fogo										
		d)	Santo Antão										
		e)	São Nicolau										
		f)	Maio										
		g)	São Vicente										
		h)	Boa Vista										
	i)	Sal											
	j)	Brava											
1.3.3	CONTRATOS PROGRAMA												
a)	Fecho dos Contratos Programa assinados em 2017												
b)	Início e Acompanhamento Contratos Programa 2018												
1.4	OUTRAS AÇÕES RELACIONADAS COM A GESTÃO RODOVIÁRIA												
	a)	Carregamento Base de Dados IGR											
	b)	Elaboração e Concretização de Plano de Intervenções Preventivas para chuvas 2018											
	c)	Preparação/treinamento para Implementação de Bâsculas											
	d)	Apoio técnico no Programa de Requalificação, Reabilitação e Acessibilidades (PRRA)											
	e)	Criação e colocação de Placas de Identificação das Estradas Nacionais											
	f)	Levantamento e avaliação das Estradas Nacionais que não estão abrangidas pelo REMADOR e programação da sua manutenção periódica											
	g)	Contagem de todas as Rotundas e Pontes nas Estradas Nacionais											
	h)	Levantamento de todas guardas de segurança, muros de suporte e guardas metálicas danificadas											
	i)	Atualizações das ocupações na área servidão/Plano de Alinhamento em alguns trechos de algumas estradas do país											
	j)	Elaboração de um Caderno de Encargos para os projetos que implicam a abertura de valas nas EN											
	k)	Preparação de Cadernos de encargos para pequenas obras											
	l)	Pintura das lombas e passadeiras nas estradas nacionais											
	m)	Constituição da UGA do IE											
	n)	Formação Teórico-prática sobre Inspeção visual de Pontes e Túneis											
	o)	Atualização do PRN											
	p)	Contratualização de Empresa de Segurança Privada (por um período experimental) para fiscalizar a área de servidão onde terceiros tem colocado Escombros											
q)	Plano deslocações para 2018												
2	ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E DOS RECURSOS HUMANOS												
3.1	Contratação de um engenheiro civil												
3.2	Desenvolvimento de ações de formação para os quadros do IE												
3.3	Análise e Aprovação dos Instrumentos legais para melhorar a gestão dos Recursos Humanos												
3.4	Regularização da situação do pessoal do IE pago pelo FAMR												
3.5	Redefinição das Tarefas dos colaboradores do IE												
3.6	Avaliação dos técnicos do IE												
3.7	Aprovação de um novo fluxograma para o circuito interno dos documentos												
3.8	Aquisição de alguns Equipamentos												
3.9	Reorganização das Instalações do IE												
3.10	Constituição da UGA do IE												
3.11	Redimensionamento da frota de viaturas do IE												
4	ATIVIDADES INSTITUCIONAIS												
4.1	Promoção de encontros institucionais com vista a uma maior articulação												
4.2	Acompanhamento Protocolos com instituições nacionais:												
4.3	Missões Internacionais												
4.4	Projeto de Cooperação INTERREG MAC 2014-2020												
4.5	Implementação ações do plano de comunicação												
4.6	Acompanhamento funcionamento linha verde												
4.7	Disponibilização e atualização de informações no site do IE												
4.8	Criação da página do IE no facebook												
5	ATIVIDADES LIGADAS A LEGISLAÇÃO DO SETOR												
5.1	Implementação dos EEN												
5.2	Apliação e implementação do PRN												
5.3	Recolha de subsídios para elaboração do novo PRN												
5.4	Aprovação, Publicação e Compilação das Normas												
5.5	Finalização e publicação da coletânea sobre a legislação relacionada com o setor rodoviário												